

## Os caminhos da esquerda

Obra resenhada:

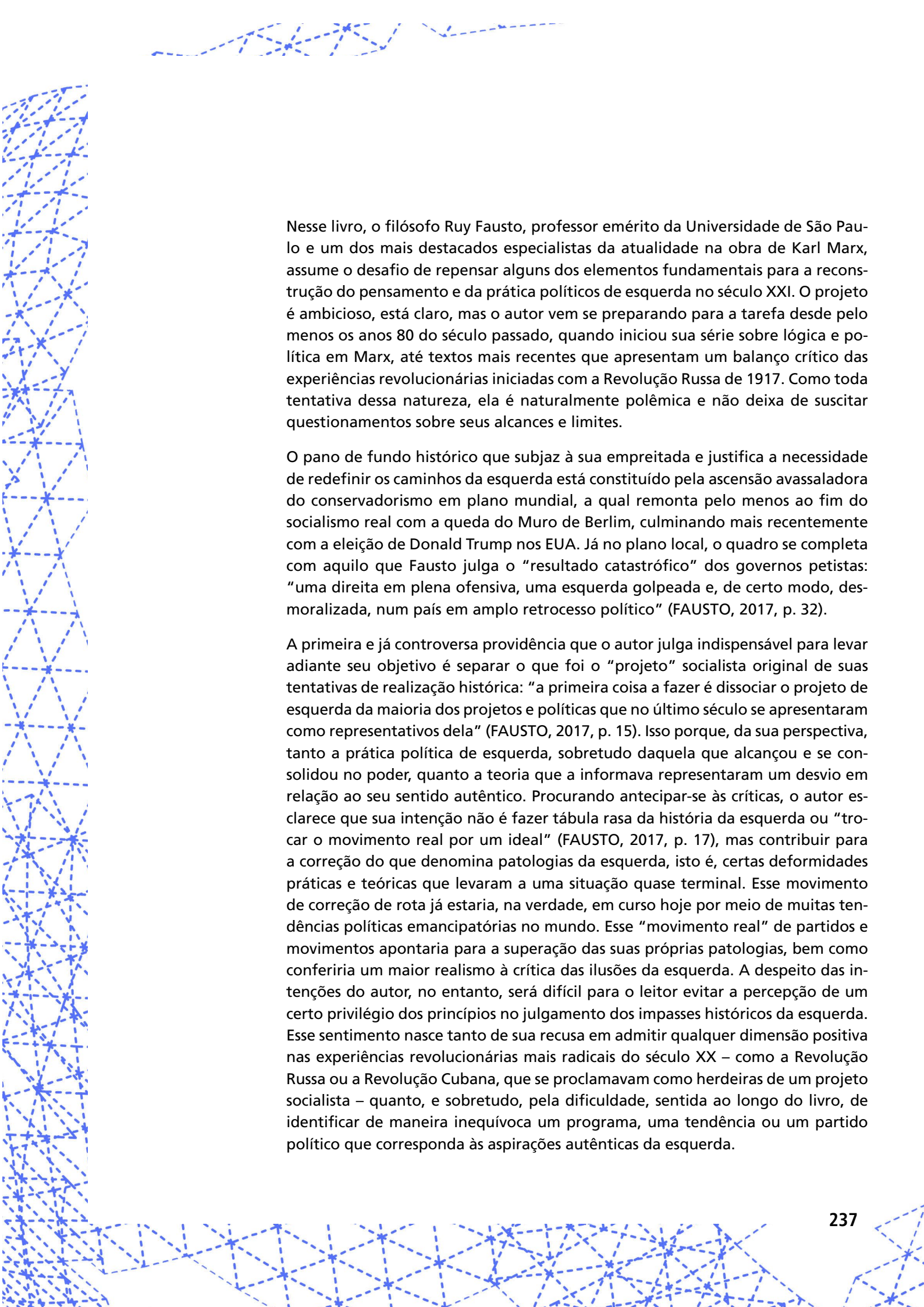
FAUSTO, R. **Caminhos da esquerda**: elementos para uma reconstrução.  
São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

### Rodnei Nascimento

Doutor em Filosofia pela FFLCH-USP. Professor de Filosofia Política da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, EFLCH – UNIFESP – Brasil.

Contato: [rodnei.nascimento@uol.com.br](mailto:rodnei.nascimento@uol.com.br)

Artigo submetido em 26/10/2017 aprovado em 12/11/2017

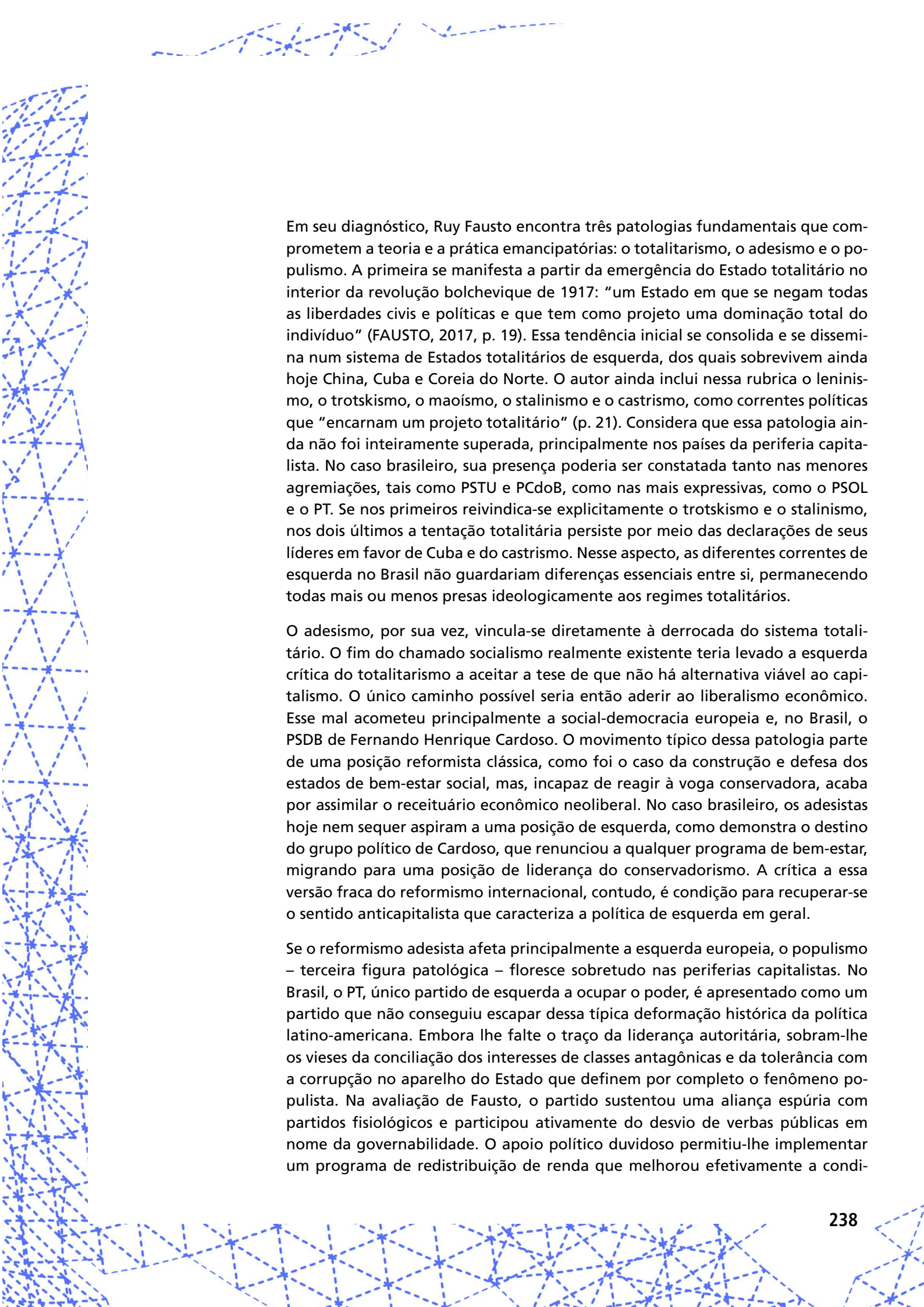


Nesse livro, o filósofo Ruy Fausto, professor emérito da Universidade de São Paulo e um dos mais destacados especialistas da atualidade na obra de Karl Marx, assume o desafio de repensar alguns dos elementos fundamentais para a reconstrução do pensamento e da prática políticos de esquerda no século XXI. O projeto é ambicioso, está claro, mas o autor vem se preparando para a tarefa desde pelo menos os anos 80 do século passado, quando iniciou sua série sobre lógica e política em Marx, até textos mais recentes que apresentam um balanço crítico das experiências revolucionárias iniciadas com a Revolução Russa de 1917. Como toda tentativa dessa natureza, ela é naturalmente polêmica e não deixa de suscitar questionamentos sobre seus alcances e limites.

O pano de fundo histórico que subjaz à sua empreitada e justifica a necessidade de redefinir os caminhos da esquerda está constituído pela ascensão avassaladora do conservadorismo em plano mundial, a qual remonta pelo menos ao fim do socialismo real com a queda do Muro de Berlim, culminando mais recentemente com a eleição de Donald Trump nos EUA. Já no plano local, o quadro se completa com aquilo que Fausto julga o “resultado catastrófico” dos governos petistas: “uma direita em plena ofensiva, uma esquerda golpeada e, de certo modo, desmoralizada, num país em amplo retrocesso político” (FAUSTO, 2017, p. 32).

A primeira e já controversa providência que o autor julga indispensável para levar adiante seu objetivo é separar o que foi o “projeto” socialista original de suas tentativas de realização histórica: “a primeira coisa a fazer é dissociar o projeto de esquerda da maioria dos projetos e políticas que no último século se apresentaram como representativos dela” (FAUSTO, 2017, p. 15). Isso porque, da sua perspectiva, tanto a prática política de esquerda, sobretudo daquela que alcançou e se consolidou no poder, quanto a teoria que a informava representaram um desvio em relação ao seu sentido autêntico. Procurando antecipar-se às críticas, o autor esclarece que sua intenção não é fazer tábula rasa da história da esquerda ou “trocar o movimento real por um ideal” (FAUSTO, 2017, p. 17), mas contribuir para a correção do que denomina patologias da esquerda, isto é, certas deformidades práticas e teóricas que levaram a uma situação quase terminal. Esse movimento de correção de rota já estaria, na verdade, em curso hoje por meio de muitas tendências políticas emancipatórias no mundo. Esse “movimento real” de partidos e movimentos apontaria para a superação das suas próprias patologias, bem como conferiria um maior realismo à crítica das ilusões da esquerda. A despeito das intenções do autor, no entanto, será difícil para o leitor evitar a percepção de um certo privilégio dos princípios no julgamento dos impasses históricos da esquerda. Esse sentimento nasce tanto de sua recusa em admitir qualquer dimensão positiva nas experiências revolucionárias mais radicais do século XX – como a Revolução Russa ou a Revolução Cubana, que se proclamavam como herdeiras de um projeto socialista – quanto, e sobretudo, pela dificuldade, sentida ao longo do livro, de identificar de maneira inequívoca um programa, uma tendência ou um partido político que corresponda às aspirações autênticas da esquerda.

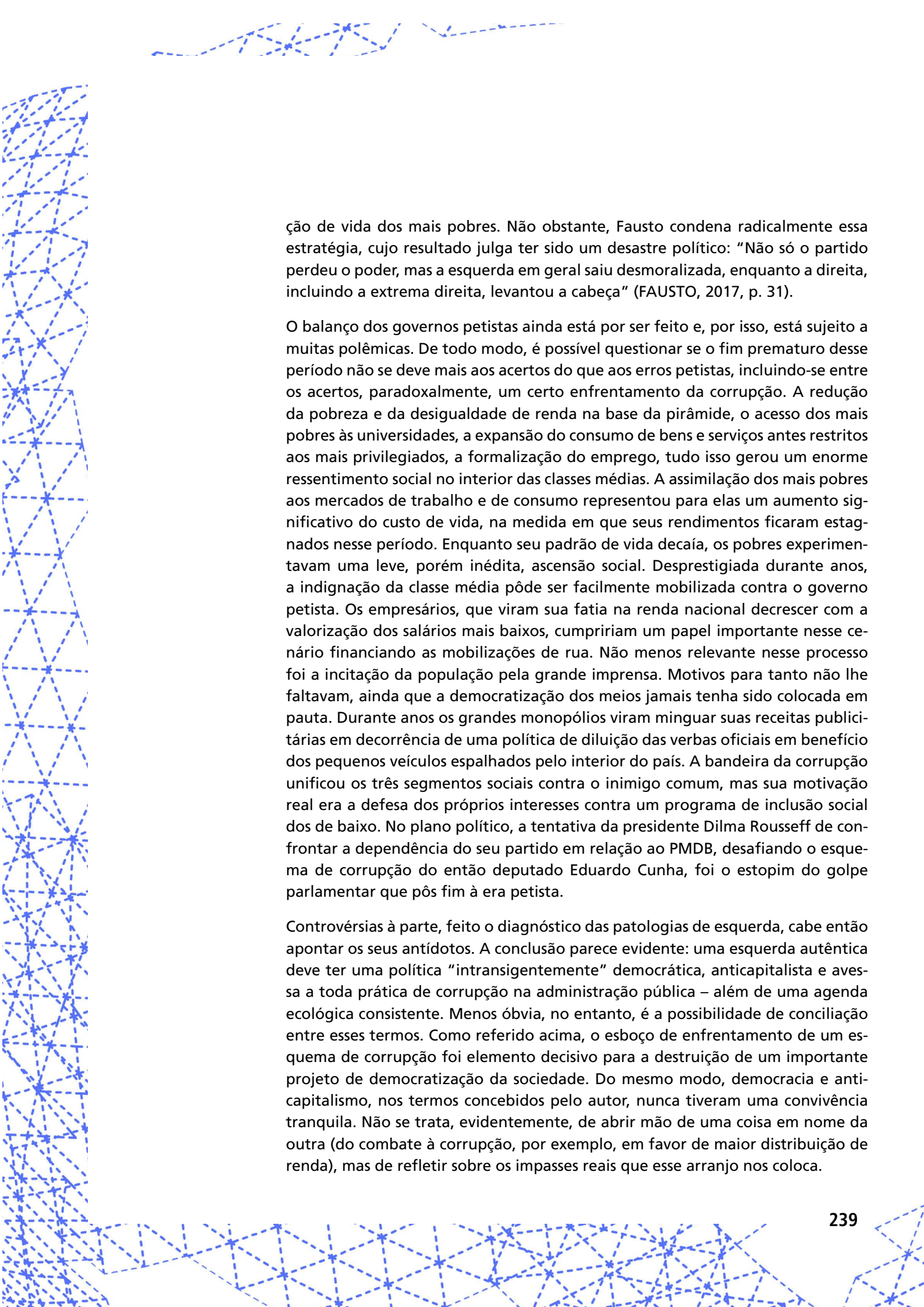




Em seu diagnóstico, Ruy Fausto encontra três patologias fundamentais que comprometem a teoria e a prática emancipatórias: o totalitarismo, o adesismo e o populismo. A primeira se manifesta a partir da emergência do Estado totalitário no interior da revolução bolchevique de 1917: “um Estado em que se negam todas as liberdades civis e políticas e que tem como projeto uma dominação total do indivíduo” (FAUSTO, 2017, p. 19). Essa tendência inicial se consolida e se dissemina num sistema de Estados totalitários de esquerda, dos quais sobrevivem ainda hoje China, Cuba e Coreia do Norte. O autor ainda inclui nessa rubrica o leninismo, o trotskismo, o maoísmo, o stalinismo e o castrismo, como correntes políticas que “encarnam um projeto totalitário” (p. 21). Considera que essa patologia ainda não foi inteiramente superada, principalmente nos países da periferia capitalista. No caso brasileiro, sua presença poderia ser constatada tanto nas menores agremiações, tais como PSTU e PCdoB, como nas mais expressivas, como o PSOL e o PT. Se nos primeiros reivindica-se explicitamente o trotskismo e o stalinismo, nos dois últimos a tentação totalitária persiste por meio das declarações de seus líderes em favor de Cuba e do castrismo. Nesse aspecto, as diferentes correntes de esquerda no Brasil não guardariam diferenças essenciais entre si, permanecendo todas mais ou menos presas ideologicamente aos regimes totalitários.

O adesismo, por sua vez, vincula-se diretamente à derrocada do sistema totalitário. O fim do chamado socialismo realmente existente teria levado a esquerda crítica do totalitarismo a aceitar a tese de que não há alternativa viável ao capitalismo. O único caminho possível seria então aderir ao liberalismo econômico. Esse mal acometeu principalmente a social-democracia europeia e, no Brasil, o PSDB de Fernando Henrique Cardoso. O movimento típico dessa patologia parte de uma posição reformista clássica, como foi o caso da construção e defesa dos estados de bem-estar social, mas, incapaz de reagir à voga conservadora, acaba por assimilar o receituário econômico neoliberal. No caso brasileiro, os adesistas hoje nem sequer aspiram a uma posição de esquerda, como demonstra o destino do grupo político de Cardoso, que renunciou a qualquer programa de bem-estar, migrando para uma posição de liderança do conservadorismo. A crítica a essa versão fraca do reformismo internacional, contudo, é condição para recuperar-se o sentido anticapitalista que caracteriza a política de esquerda em geral.

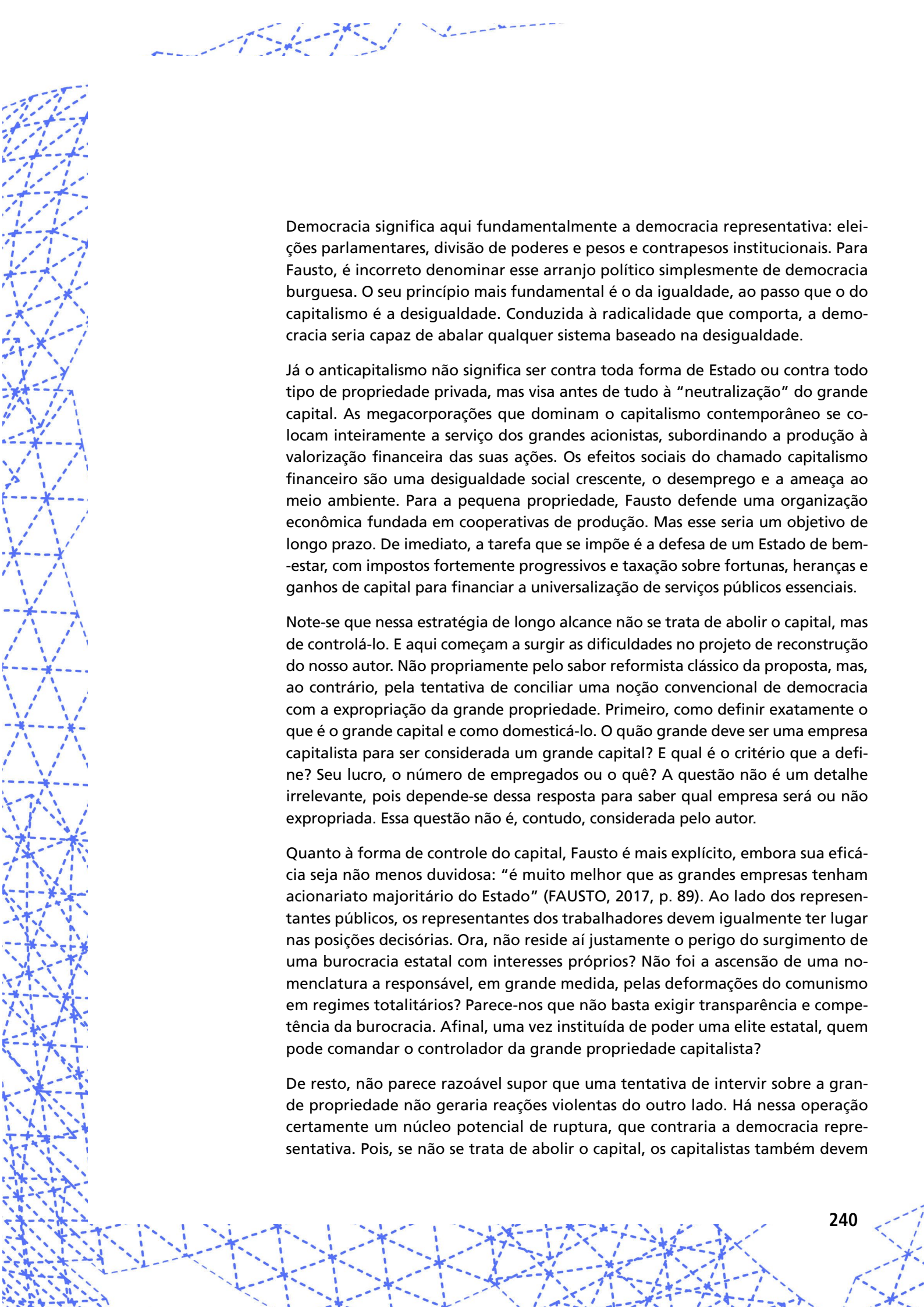
Se o reformismo adesista afeta principalmente a esquerda europeia, o populismo – terceira figura patológica – floresce sobretudo nas periferias capitalistas. No Brasil, o PT, único partido de esquerda a ocupar o poder, é apresentado como um partido que não conseguiu escapar dessa típica deformação histórica da política latino-americana. Embora lhe falte o traço da liderança autoritária, sobram-lhe os vieses da conciliação dos interesses de classes antagônicas e da tolerância com a corrupção no aparelho do Estado que definem por completo o fenômeno populista. Na avaliação de Fausto, o partido sustentou uma aliança espúria com partidos fisiológicos e participou ativamente do desvio de verbas públicas em nome da governabilidade. O apoio político duvidoso permitiu-lhe implementar um programa de redistribuição de renda que melhorou efetivamente a condi-



ção de vida dos mais pobres. Não obstante, Fausto condena radicalmente essa estratégia, cujo resultado julga ter sido um desastre político: “Não só o partido perdeu o poder, mas a esquerda em geral saiu desmoralizada, enquanto a direita, incluindo a extrema direita, levantou a cabeça” (FAUSTO, 2017, p. 31).

O balanço dos governos petistas ainda está por ser feito e, por isso, está sujeito a muitas polêmicas. De todo modo, é possível questionar se o fim prematuro desse período não se deve mais aos acertos do que aos erros petistas, incluindo-se entre os acertos, paradoxalmente, um certo enfrentamento da corrupção. A redução da pobreza e da desigualdade de renda na base da pirâmide, o acesso dos mais pobres às universidades, a expansão do consumo de bens e serviços antes restritos aos mais privilegiados, a formalização do emprego, tudo isso gerou um enorme ressentimento social no interior das classes médias. A assimilação dos mais pobres aos mercados de trabalho e de consumo representou para elas um aumento significativo do custo de vida, na medida em que seus rendimentos ficaram estagnados nesse período. Enquanto seu padrão de vida decaía, os pobres experimentavam uma leve, porém inédita, ascensão social. Desprestigiada durante anos, a indignação da classe média pôde ser facilmente mobilizada contra o governo petista. Os empresários, que viram sua fatia na renda nacional decrescer com a valorização dos salários mais baixos, cumpriram um papel importante nesse cenário financiando as mobilizações de rua. Não menos relevante nesse processo foi a incitação da população pela grande imprensa. Motivos para tanto não lhe faltavam, ainda que a democratização dos meios jamais tenha sido colocada em pauta. Durante anos os grandes monopólios viram minguar suas receitas publicitárias em decorrência de uma política de diluição das verbas oficiais em benefício dos pequenos veículos espalhados pelo interior do país. A bandeira da corrupção unificou os três segmentos sociais contra o inimigo comum, mas sua motivação real era a defesa dos próprios interesses contra um programa de inclusão social dos de baixo. No plano político, a tentativa da presidente Dilma Rousseff de confrontar a dependência do seu partido em relação ao PMDB, desafiando o esquema de corrupção do então deputado Eduardo Cunha, foi o estopim do golpe parlamentar que pôs fim à era petista.

Controvérsias à parte, feito o diagnóstico das patologias de esquerda, cabe então apontar os seus antídotos. A conclusão parece evidente: uma esquerda autêntica deve ter uma política “intransigentemente” democrática, anticapitalista e avessa a toda prática de corrupção na administração pública – além de uma agenda ecológica consistente. Menos óbvia, no entanto, é a possibilidade de conciliação entre esses termos. Como referido acima, o esboço de enfrentamento de um esquema de corrupção foi elemento decisivo para a destruição de um importante projeto de democratização da sociedade. Do mesmo modo, democracia e anticapitalismo, nos termos concebidos pelo autor, nunca tiveram uma convivência tranquila. Não se trata, evidentemente, de abrir mão de uma coisa em nome da outra (do combate à corrupção, por exemplo, em favor de maior distribuição de renda), mas de refletir sobre os impasses reais que esse arranjo nos coloca.



Democracia significa aqui fundamentalmente a democracia representativa: eleições parlamentares, divisão de poderes e pesos e contrapesos institucionais. Para Fausto, é incorreto denominar esse arranjo político simplesmente de democracia burguesa. O seu princípio mais fundamental é o da igualdade, ao passo que o do capitalismo é a desigualdade. Conduzida à radicalidade que comporta, a democracia seria capaz de abalar qualquer sistema baseado na desigualdade.

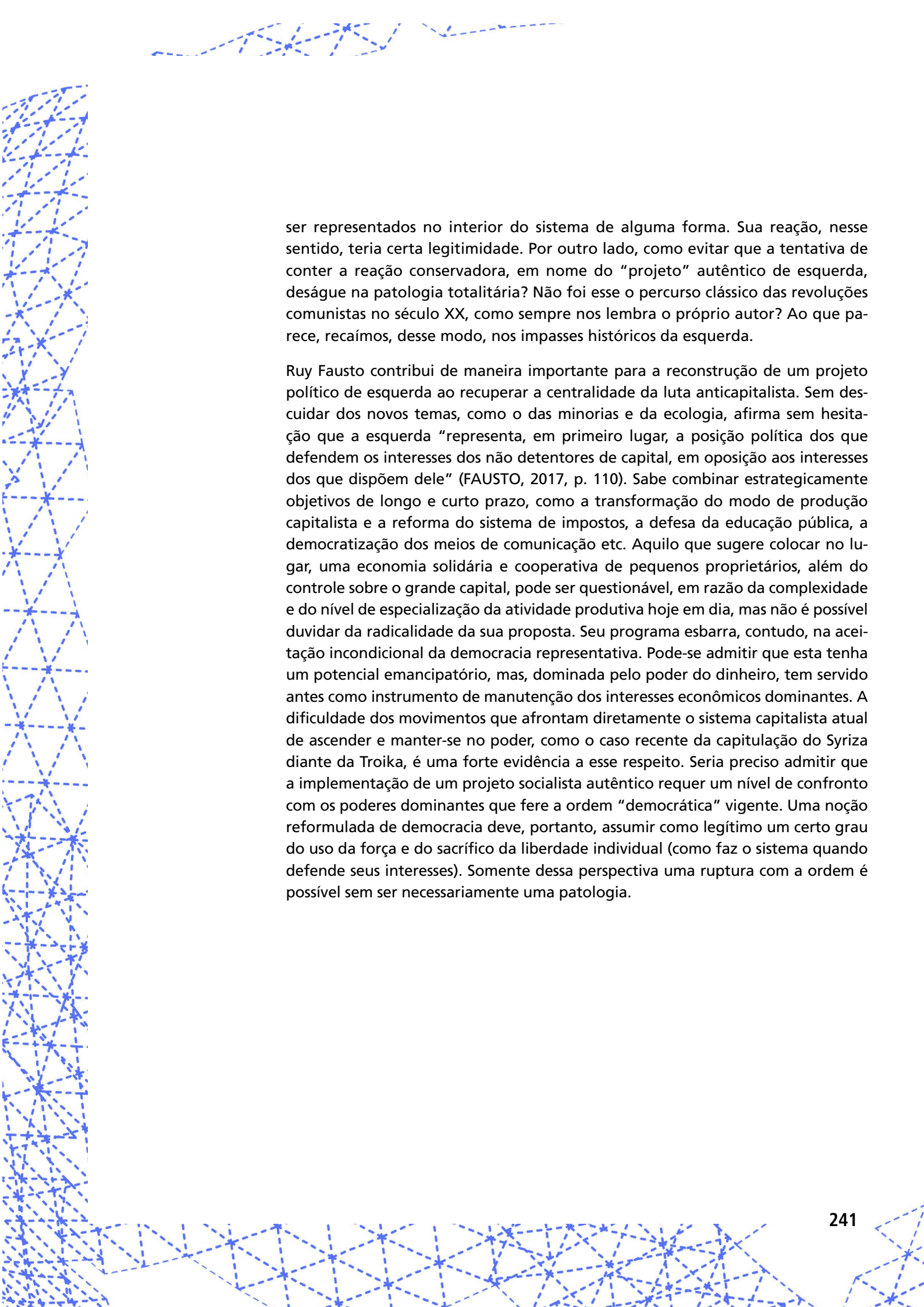
Já o anticapitalismo não significa ser contra toda forma de Estado ou contra todo tipo de propriedade privada, mas visa antes de tudo à “neutralização” do grande capital. As megacorporações que dominam o capitalismo contemporâneo se colocam inteiramente a serviço dos grandes acionistas, subordinando a produção à valorização financeira das suas ações. Os efeitos sociais do chamado capitalismo financeiro são uma desigualdade social crescente, o desemprego e a ameaça ao meio ambiente. Para a pequena propriedade, Fausto defende uma organização econômica fundada em cooperativas de produção. Mas esse seria um objetivo de longo prazo. De imediato, a tarefa que se impõe é a defesa de um Estado de bem-estar, com impostos fortemente progressivos e taxaço sobre fortunas, heranças e ganhos de capital para financiar a universalização de serviços públicos essenciais.

Note-se que nessa estratégia de longo alcance não se trata de abolir o capital, mas de controlá-lo. E aqui começam a surgir as dificuldades no projeto de reconstrução do nosso autor. Não propriamente pelo sabor reformista clássico da proposta, mas, ao contrário, pela tentativa de conciliar uma noção convencional de democracia com a expropriação da grande propriedade. Primeiro, como definir exatamente o que é o grande capital e como domesticá-lo. O quão grande deve ser uma empresa capitalista para ser considerada um grande capital? E qual é o critério que a define? Seu lucro, o número de empregados ou o quê? A questão não é um detalhe irrelevante, pois depende-se dessa resposta para saber qual empresa será ou não expropriada. Essa questão não é, contudo, considerada pelo autor.

Quanto à forma de controle do capital, Fausto é mais explícito, embora sua eficácia seja não menos duvidosa: “é muito melhor que as grandes empresas tenham acionariado majoritário do Estado” (FAUSTO, 2017, p. 89). Ao lado dos representantes públicos, os representantes dos trabalhadores devem igualmente ter lugar nas posições decisórias. Ora, não reside aí justamente o perigo do surgimento de uma burocracia estatal com interesses próprios? Não foi a ascensão de uma nomenclatura a responsável, em grande medida, pelas deformações do comunismo em regimes totalitários? Parece-nos que não basta exigir transparência e competência da burocracia. Afinal, uma vez instituída de poder uma elite estatal, quem pode comandar o controlador da grande propriedade capitalista?

De resto, não parece razoável supor que uma tentativa de intervir sobre a grande propriedade não geraria reações violentas do outro lado. Há nessa operação certamente um núcleo potencial de ruptura, que contraria a democracia representativa. Pois, se não se trata de abolir o capital, os capitalistas também devem





ser representados no interior do sistema de alguma forma. Sua reação, nesse sentido, teria certa legitimidade. Por outro lado, como evitar que a tentativa de conter a reação conservadora, em nome do “projeto” autêntico de esquerda, deságue na patologia totalitária? Não foi esse o percurso clássico das revoluções comunistas no século XX, como sempre nos lembra o próprio autor? Ao que parece, recaímos, desse modo, nos impasses históricos da esquerda.

Ruy Fausto contribui de maneira importante para a reconstrução de um projeto político de esquerda ao recuperar a centralidade da luta anticapitalista. Sem descurar dos novos temas, como o das minorias e da ecologia, afirma sem hesitação que a esquerda “representa, em primeiro lugar, a posição política dos que defendem os interesses dos não detentores de capital, em oposição aos interesses dos que dispõem dele” (FAUSTO, 2017, p. 110). Sabe combinar estrategicamente objetivos de longo e curto prazo, como a transformação do modo de produção capitalista e a reforma do sistema de impostos, a defesa da educação pública, a democratização dos meios de comunicação etc. Aquilo que sugere colocar no lugar, uma economia solidária e cooperativa de pequenos proprietários, além do controle sobre o grande capital, pode ser questionável, em razão da complexidade e do nível de especialização da atividade produtiva hoje em dia, mas não é possível duvidar da radicalidade da sua proposta. Seu programa esbarra, contudo, na aceitação incondicional da democracia representativa. Pode-se admitir que esta tenha um potencial emancipatório, mas, dominada pelo poder do dinheiro, tem servido antes como instrumento de manutenção dos interesses econômicos dominantes. A dificuldade dos movimentos que afrontam diretamente o sistema capitalista atual de ascender e manter-se no poder, como o caso recente da capitulação do Syriza diante da Troika, é uma forte evidência a esse respeito. Seria preciso admitir que a implementação de um projeto socialista autêntico requer um nível de confronto com os poderes dominantes que fere a ordem “democrática” vigente. Uma noção reformulada de democracia deve, portanto, assumir como legítimo um certo grau do uso da força e do sacrifício da liberdade individual (como faz o sistema quando defende seus interesses). Somente dessa perspectiva uma ruptura com a ordem é possível sem ser necessariamente uma patologia.